

Mulher pode ser cidadã? uma análise a partir do *programa mulheres mil*

André Pizetta Altoé^(*)
Marinete dos Santos Silva^(**)

Resumo

Este artigo propõe analisar o *Programa Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável* a partir de sua implementação no Instituto Federal Fluminense (IFF), campus Campos-Guarus situado em Campos dos Goytacazes no Estado do Rio de Janeiro. O *Programa Mulheres Mil* é uma política pública do Governo Federal voltada para mulheres que tem como principal objetivo, através de cursos de qualificação profissional, a inserção das egressas no mercado de trabalho e com isso contribuir para que estas desenvolvam autonomia e exerçam sua cidadania. Busca-se verificar se a partir da formação profissional ocorrem mudanças nos tradicionais padrões de gênero, nas relações familiares ou domésticas das mulheres egressas do programa, bem como um aumento da renda e inserção no mercado de trabalho local.

Palavras-Chave: Relações de Gênero. Cidadania Feminina. Mulheres Mil.

WOMAN CAN BE A CITIZEN? an analysis from the thousand women program

Abstract

This article aims to analyze the Women Thousand Program : Education, Citizenship and Sustainable Development from its implementation at the Federal Institute Fluminense (IFF) , campus Campos- Guarus located in Campos dos Goytacazes in the state of Rio de Janeiro. The Thousand Women Program is a public policy of the Federal Government aimed to women whose main goal, through professional training courses , the insertion of graduates in the labor market and thus contribute to these develop autonomy and exercise their citizenship . The aim is to verify that from the training place changes in traditional gender patterns in family relationships or household of women who were in the program, as well as an increase in income and insertion in the local labor market.

Keywords: Gender Relations. Women's Citizenship. Thousand Women.

No dia 21 de julho de 2011 pela Portaria Número 1.015 o Governo Federal Brasileiro instituiu o *Programa Nacional Mulheres Mil*. Este programa insere-se no Plano Brasil sem

(*) Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e Professor Efetivo de Sociologia do Instituto Federal fluminense (IFF). E-mail: a_altoe@hotmail.com.

(**) Doutora em História pela Universidade de ParisIII-Sorbonne Nouvelle. Professora do Laboratório de Estudo da Sociedade Civil e do Estado- LESCE/CCH/UENF. Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UENF. E-mail: marineteds@gmail.com.

Texto recebido em: 27/11/2016. Texto aprovado em 10/05/2017.

Miséria¹ e integra um conjunto de ações que procuram promover – através de políticas públicas – a inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade².

De acordo com o Ministério da Educação (MEC) o programa possibilita que:

mulheres moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, sem o pleno acesso aos serviços públicos básicos, ou integrantes dos Territórios da Cidadania³, tenham uma formação educacional, profissional e tecnológica, que permita sua elevação de escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho, por meio do estímulo ao empreendedorismo, às formas associativas solidárias e à empregabilidade (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

Podemos notar que a ideia central do programa é que a elevação da escolaridade com cursos de formação profissional levaria as mulheres participantes a desenvolverem uma autonomia econômica e por consequência contribuiria para avanços na sua cidadania. O governo brasileiro justifica a opção pelo recorte de gênero pelo crescente número de mulheres que ampliaram seu papel na sociedade, ao assumir a chefia das famílias e serem responsáveis pelo sustento financeiro e pelo desenvolvimento cultural dos filhos e demais membros da família.

É interessante ressaltar que quando falamos em famílias chefiadas por mulheres, estamos afirmando que esta chefia possui vários significados. De acordo com Berquó, podemos nos referir a:

uma mulher solteira, separada ou viúva, com filhos, tendo ou não parentes e/ou agregados em casa; mulher solteira, separada ou viúva, sem filhos morando em casa, ou porque não os teve, ou porque, adultos, já saíram de casa

¹ Em 2 de junho de 2011, o Governo Federal lançou, por meio do [Decreto nº 7.492](#), o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) com o objetivo de superar a extrema pobreza até o final de 2014. O Plano se organizou em três eixos: um de garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; outro de acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e um terceiro de inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades. Disponível em: <http://www.brasilsemmiséria.gov.br>. Acesso em: 06 de maio de 2015.

²Ministério da Educação. *Programa Nacional Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: www.portal.mec.gov.br. Acesso em: 02 jul.2012. O conceito de vulnerabilidade social utilizado no programa refere-se a mulheres com baixo índice de desenvolvimento humano sem o pleno acesso a serviços públicos básicos. O público alvo é o de mulheres de baixa renda e de baixo índice de escolaridade.

³O Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania. O programa tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, com a participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios. Disponível em: www.territoriosdacidadania.gov.br. Acesso em: 20 jul.2013.

ou já faleceram, tendo ou não parentes e/ou agregados vivendo em domicílio; mulher solteira, separada ou viúva, morando sozinha, ou mulher casada chefiando a família mesmo tendo um marido ou companheiro em casa (BERQUÓ, 2002, p.246).

Na tentativa de corroborarmos o que foi acima afirmado, podemos dizer, a partir de dados do Ministério da Educação, que no período de 2001 a 2009 o percentual de famílias brasileiras chefiadas por mulheres subiu de 27% para 35%. Em números absolutos, eram quase 22 milhões de famílias que identificavam como principal responsável alguém do sexo feminino. No que tange a renda, 73% das mulheres que estavam no papel de cônjuge ganhavam menos que o marido (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

Os dados demonstrados pelo Ministério da Educação para justificar a implementação do Programa podem ser confirmados por alguns dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o Instituto, no ano de 2009 em todas as posições na ocupação, o rendimento médio dos homens era maior que das mulheres. A maior diferença de renda era na posição de empregador, onde os homens auferiam, em média, R\$ 3.161, enquanto as mulheres apenas R\$ 2.497, ou seja, R\$ 664 a mais para os homens, que corresponde a dizer que as mulheres empregadoras recebiam 22% a menos que os homens. A menor diferença entre os rendimentos de homens e mulheres era na posição de empregado sem carteira assinada, resultado das condições precárias dos trabalhadores nesta categoria. No conjunto dos trabalhadores domésticos, os homens apresentavam uma remuneração mais elevada. O rendimento médio das trabalhadoras domésticas sem carteira é de R\$ 298, enquanto o dos homens atingia a média de R\$ 404 (IBGE, 2009).

É importante ressaltar que entre os anos de 1998 e 2008, houve um significativo aumento de mulheres na condição de pessoa de referência⁴ (25,9% para 34,9%) do domicílio. O que também chamou a atenção no período foi o crescimento da proporção das mulheres declaradas como pessoa de referência, apesar da presença de um cônjuge (2,4% para 9,1%). Ainda de acordo com números do IBGE, a diferença de rendimento entre homens e mulheres é maior nos municípios com até 50 mil habitantes, onde eles recebiam, em média, 47% mais que elas, uma renda mensal de R\$ 956 para os homens e R\$ 650 para as mulheres. Portanto, diante de um quadro em que as mulheres são mais pobres que os homens e ao mesmo tempo aumentam

⁴ Pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que assim fosse considerada pelos demais membros.

sua proporção na chefia das famílias justificava-se, naquele momento, a criação de um programa que buscasse reduzir as iniquidades de gênero no Brasil (IBGE, 2009).

Neste sentido, o *Programa Mulheres Mil* deveria abranger a população feminina acima de 18 anos, que buscava oportunidade educacional, inserção e permanência no mundo do trabalho. O Programa também deveria levar em conta o reconhecimento de aprendizagens adquiridas ao longo da vida e um serviço de aconselhamento e atendimento às demandas das mulheres participantes, por meio de uma equipe multidisciplinar. No itinerário formativo, estavam previstas ações para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras e de empregabilidade. Com o intuito de contribuir para a melhoria da renda das mulheres e garantir o acesso ao mercado do trabalho, o *Programa Mulheres Mil* foi cunhado com os seguintes objetivos:

- a) Estimular a inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade;
- b) Possibilitar o acesso à educação profissional e tecnológica do alunado não tradicional;
- c) Ofertar cursos e programas de educação profissional e tecnológica, com elevação da escolaridade e formação cidadã, sendo a carga horária mínima de 160 horas;
- d) Articular mecanismos e conexões para a inserção das egressas no mundo do trabalho, estimulando o empreendedorismo, as formas associativas e solidárias e a empregabilidade;
- e) Articular mecanismos e conexões para a estruturação de grupos de pesquisa e inovação nas diversas áreas do conhecimento contempladas pelo programa.

O *Programa Mulheres Mil* também foi criado para que a partir de sua execução pudesse causar alguns impactos na sociedade brasileira e, dessa forma reduzir as desigualdades de gênero no país. Para que o programa obtivesse êxito e tivesse suas expectativas atendidas, foi desenvolvida uma metodologia própria em cooperação com o governo canadense visando a formação educacional, profissional e cidadã. A ideia central era construir ferramentas técnicas que promovessem o acesso e a permanência em sala de aula e a formação em áreas profissionais específicas de cada localidade. Soma-se a isso a busca pela transmissão de temas considerados transversais para a formação cidadã tais como saúde e direito da mulher, inclusão digital, cooperativismo e proteção ambiental.

A Implementação do *Programa Mulheres Mil* no Instituto Federal Fluminense Campus Campos-Guarus

A implementação do *Programa Mulheres Mil* no campus Campos-Guarus⁵ do Instituto Federal Fluminense teve seu início no dia 13 de março de 2012 com dois cursos na área de culinária e artesanato. O Programa foi gerenciado pela própria equipe multidisciplinar formada no Campus.

As mulheres participantes foram selecionadas através de uma ação conjunta entre as gestoras do Programa que eram servidoras do Instituto Federal Fluminense e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do subdistrito de Guarus⁶. Através do CRAS foram aplicados questionários para verificar o perfil socioeconômico das participantes e ao mesmo tempo constatar quais eram os horários e cursos que mais as interessavam. A equipe gestora também realizou uma consulta ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) localizado em Campos dos Goytacazes em busca de informações sobre o perfil do mercado de trabalho na região e também na procura de efetivação de parcerias. Ao apresentar ao Gerente Regional do SEBRAE o resultado parcial dos cursos escolhidos pela comunidade⁷, este orientou a equipe gestora a criar quatro cursos: Comercialização de Artesanato; Culinária Específica para Boteco; Culinária e Assistente de Hotelaria.

Dessa forma, a partir de março de 2012 iniciaram-se as atividades do *Programa Mulheres Mil Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável* no Campus Campos-Guarus com 100 mulheres matriculadas divididas em dois cursos: Qualificação em Produtos Alimentícios Artesanais e Curso Básico de Qualificação e Comercialização em Artesanato. A composição curricular dos cursos era dividida em três eixos. Os eixos I (Fundamentação) e II (Sociedade, Cidadania e Identidade) eram formados por componentes curriculares comuns aos dois cursos. O terceiro eixo (Qualificação Profissional) compõe o currículo específico dos cursos, responsável pela qualificação profissional das alunas.

⁵ O campus Campos-Guarus do Instituto Federal Fluminense (IFF) está localizado no subdistrito de Guarus, situado a margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, ao norte da zona urbana do município de Campos dos Goytacazes.

⁶ Os CRAS's situados na região de Guarus são: CRAS-Codin, CRAS –Parque Guarus, CRAS –Jardim Carioca e CRAS-Custodópolis.

⁷ Os cursos que as mulheres entrevistadas pela equipe gestora mais demonstraram interesse foram os de Culinária e Cabeleireira.

Em 2013, o curso de Qualificação em Produtos Alimentícios Artesanais foi substituído pelo curso de Auxiliar de Cozinha. O curso Básico de Qualificação e Comercialização em Artesanato não foi mais oferecido e dois novos cursos passaram a fazer parte do *Programa Mulheres Mil* no campus Campos-Guarus: curso de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial e curso de Cuidador Infantil. É importante enfatizar que estes novos cursos e os posteriores que surgiram continuaram com o componente curricular divididos em três eixos. Os dois primeiros que formam um ciclo básico comum e um terceiro que traz as disciplinas voltadas para a qualificação profissional.

Em 2014 o *Programa Mulheres Mil* foi integrado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e os cursos ministrados deveriam seguir o Guia Pronatec de Cursos Fic. Neste sentido, foram oferecidos pelo *Mulheres Mil* no campus Campos-Guarus do Instituto Federal Fluminense os cursos de Eletricista e Instalador Predial de Baixa Tensão e o curso de Artesão e Bordado à Mão. É importante ressaltar que o curso de Eletricista e Instalador Predial de Baixa Tensão é muito semelhante ao curso de Auxiliar de Eletricista e Instalação Predial ministrado em 2013, mas com um pequeno acréscimo de carga horária. Portanto, estes foram os cursos do *Programa Mulheres Mil* ministrados no campus Campos-Guarus. O objetivo era que a qualificação profissional pudesse inserir as participantes no mercado de trabalho e promover avanços na cidadania feminina.

Referencial Teórico

Para a realização deste artigo utilizaremos as teorias de gênero. Gênero é entendido neste trabalho como o “saber a respeito das diferenças sexuais. Tal saber não é absoluto ou verdadeiro, mas sempre relativo” (SCOTT, 1994, p.12). Gênero é, portanto, o discurso que é estabelecido a partir das diferenças sexuais entre homens e mulheres. O conceito de gênero não pode ser considerado fixo ao longo do tempo, mas é constantemente construído e reconstruído na história de determinada sociedade e cultura. Ainda segundo Scott:

A história figura não apenas como o registro das mudanças da organização social dos sexos, mas também, de maneira crucial, como participante da produção do saber sobre a diferença sexual. Parto do princípio de que as representações históricas do passado ajudam a construir o gênero no presente (SCOTT, 1994, p.13).

Segundo Bruschini (1992, p.290), gênero como categoria de análise é um modo de se referir à organização social das relações entre os sexos. Em uma rejeição total ao determinismo biológico, que busca as explicações para a sujeição da mulher em sua capacidade procriativa

ou na força física masculina, o gênero enfatiza as qualidades sociais das distinções baseadas no sexo. É uma categoria relacional, que define homens e mulheres uns em relação aos outros.

É importante ressaltar que ao utilizarmos o conceito de gênero não estamos simplesmente fazendo uma escolha conceitual ou metodológica, mas enfatizando que as relações entre masculino e feminino são marcadas por relações de poder. Segundo Schienbinger:

Gênero, hoje, é com frequência usado impropriamente como uma palavra de código para “sexo”, “mulher”, ou “feminista”. Ele é mais propriamente usado para referir um sistema de signos e símbolos denotando relações de poder e hierarquia entre os sexos. Ele pode também referir-se a relações de poder e modos de expressão no interior de relações do mesmo sexo (SCHIEBINGER, 2001, p.45).

Pierre Bourdieu (1999, p.14) também entende as divisões nos papéis de gênero como relações de poder e dominação. O sociólogo francês realizou um trabalho etnográfico na Cabília – localizada na Argélia – para mostrar como se processa a dominação masculina. A escolha da Cabília deveu-se ao fato de ser composta por uma sociedade formada a partir da visão “falonarcísica” e da cosmologia androcêntrica⁸, comum a todas as sociedades mediterrâneas. A tradição cultural que se manteve na Cabília é partilhada por grande parte dos países do continente europeu.

Ao observar a sociedade cabila, Bourdieu percebe que a socialização diferenciada entre os meninos e as meninas contribui para a manutenção das relações sociais de dominação e exploração que estão instituídas entre os gêneros. Os homens são educados para estarem situados do lado exterior, do público, e realizar as tarefas consideradas mais importantes como cuidar da lavoura, da colheita e fazer a guerra. Por outro lado, as mulheres devem ser responsáveis por todos os trabalhos domésticos e relacionados à esfera do privado, como cuidar das crianças e dos animais. Esta divisão de tarefas é encarada pelos indivíduos como instituída na ordem das coisas, o que faz com que as mulheres incorporem a dominação ao pensarem que essas práticas não podem e não devem ser modificadas simplesmente porque são consideradas naturais. Segundo o autor:

[...] a divisão entre os sexos parece estar na “ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por

⁸ A expressão “falonarcísica” indica uma visão de sociedade baseada na superioridade do masculino. Com expressão cosmologia androcêntrica Bourdieu quer demonstrar que as categorias de entendimento ou as formas de classificação com as quais construímos o mundo seguem uma lógica masculina.

exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos hábitos dos agentes, funcionando como esquemas de percepção, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 1999, 14).

A divisão entre os sexos é vista como presente na ordem das coisas porque é naturalizada em vez de ser tratada como construção social. Daí vem a grande preocupação de Bourdieu, qual seja, identificar os mecanismos responsáveis pela transformação da história em natureza, fazendo com que a ordem social que é dada culturalmente ganhe característica de eterna e natural.

É interessante ressaltar que as oportunidades para as mulheres no campo da educação e a inserção no mercado de trabalho são avanços, mas que não necessariamente garantem uma equidade entre homens e mulheres. Bourdieu toca nesta questão como um sistema de mudanças e permanências. O autor afirma que o acesso à educação fez com que ocorresse uma mudança na posição da mulher na divisão do trabalho, permitindo o aumento de sua representação nas profissões intelectuais e administrativas. Porém, ainda segundo Bourdieu, as mudanças ocultam as permanências. As mulheres continuam sendo, em geral, menos remuneradas que os homens – mesmo quando desempenham as mesmas funções – e são mais atingidas pelo desemprego. Portanto, mesmo ocorrendo algumas mudanças, o que predomina é a lógica do modelo tradicional, os homens dominando o espaço público (esfera da produção) as mulheres relegadas ao privado (esfera da reprodução).

É importante ressaltar que nas últimas décadas do século XX, o Brasil passou por importantes transformações demográficas, culturais e sociais que tiveram grande impacto sobre o trabalho feminino. Dentre as principais mudanças podemos citar: a queda da taxa de fecundidade, sobretudo nas cidades e nas regiões desenvolvidas; a redução no tamanho dos arranjos familiares; envelhecimento da população, com maior expectativa de vida ao nascer para as mulheres; e finalmente, o crescimento de arranjos familiares chefiados por mulheres (BRUSCHINI, 2008, p.17). Além disso, mudanças nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher alteraram a identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho remunerado. A expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades facilitaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho.

Apesar desses avanços, o emprego doméstico remunerado é o setor ocupacional em que a grande maioria dos trabalhadores são mulheres. A estrutura ocupacional do mercado de trabalho brasileiro pouco se alterou nos últimos 30 anos. No emprego formal, permanece a elevada presença feminina em setores tradicionais da indústria, como é o caso das costureiras

no ramo da confecção, assim como serviços de cuidado pessoal, higiene e alimentação, como é o caso das cabeleireiras e especialistas em estética em geral, das faxineiras, arrumadeiras em domicílios e hotéis, lavadeiras, tintureiras e cozinheiras (BRUSCHINI, 2008, p.28).

Além disso, as obrigações domésticas impõem limites às oportunidades de trabalho oferecidas às mulheres no mercado de trabalho, cujas atividades se caracterizam por carreiras descontínuas, salários mais baixos e jornadas em tempo parcial. De acordo com Sorj:

A distribuição desigual dos investimentos femininos entre o mercado e a família se sustenta no princípio cultural de que as prioridades femininas residem na esfera doméstica e as masculinas nas atividades profissionais. Este princípio faz com que homens e mulheres entrem no mercado de trabalho em posições qualitativamente diferentes (SORJ, 2009, p. 112).

Um ponto que merece ser discutido refere-se às jornadas de trabalho em tempo parcial. A alta do emprego feminino em tempo parcial é um dos fatores que explicam as diferenças salariais entre homens e mulheres no contexto mundial. Devido a necessidade de conciliar trabalho e a vida familiar, muitas mulheres são admitidas no mercado de trabalho em tempo parcial, com remuneração menor, horários flexíveis e proteção social limitada. Segundo Laufer, o crescimento do desemprego e o desenvolvimento do trabalho em tempo parcial, porque dizem respeito mais às mulheres do que aos homens, constituem obstáculos para a prática da igualdade profissional e social entre homens e mulheres (LAUFER, 2003, p.127).

Portanto, a partir do acima exposto torna-se imperativo problematizar uma das questões centrais deste artigo, qual seja, as relações de poder entre os gêneros engendradas a partir da divisão sexual do trabalho. De acordo com Hirata e Kergoat, a divisão do trabalho entre os homens e as mulheres refere-se primordialmente a imputação aos homens do trabalho produtivo - e ao mesmo tempo a dispensa do trabalho doméstico – e a atribuição do trabalho doméstico às mulheres, mesmo que estas procurem uma inserção no mercado de trabalho. Segundo as autoras, esta divisão encontra-se no cerne das relações desiguais de poder entre homens e mulheres:

(...) suprima-se a imputação do trabalho doméstico ao grupo social das mulheres e são as relações sociais que desmoronam, junto com as relações de força, a dominação, a violência real ou simbólica, o antagonismo que elas carregam. A divisão sexual do trabalho está no âmago do poder que os homens exercem sobre as mulheres (HIRATA, 2003, p. 114).

Badinter observa que a divisão sexual do trabalho é um fator estruturante, ou seja, está presente em todas as sociedades. Mesmo variando de uma sociedade para outra, a divisão sexual do trabalho parece ser uma constante, pois:

Ela não distingue apenas a sociedade humana do mundo animal, mas a encontramos em todos os lugares, operando na multiplicidade das sociedades conhecidas atualmente. Talvez seja uma regra essencial da natureza humana (BADINTER, 1986, p.23).

Discutir a temática da divisão sexual do trabalho é um exercício de grande relevância, pois Baudelot afirma que a divisão das tarefas domésticas entre os casais quase não evoluiu nos últimos trinta anos, cabendo à mulher a maior parte da carga de trabalho exigido pela educação das crianças, pela economia do lar e pela assistência aos pais (BAUDELOT, 2003, p.318).

Neste sentido, historicamente foram reservadas às mulheres as tarefas que possuíam uma relação com a esfera da reprodução, ficando a cargo dos homens a dita esfera da produção. De acordo com Combes e Haicault (1986, p.25), no seio de toda formação social coexistem uma produção social de bens e uma produção social de seres humanos, que são distintas, mas relacionadas uma à outra. As autoras atribuem à primeira o nome de produção e à segunda de reprodução. Ao mesmo tempo em que as duas esferas são indissociáveis estabelecem uma relação de hierarquia:

(...) Enquanto o bom senso ou a utopia recomendaria que a primeira fosse submetida à segunda como o meio ao fim, e que os seres humanos produzissem para subsistir e se perpetuar, que organizassem essa produção em função da reprodução, é o inverso que se produz historicamente e são as modalidades da produção que determinaram e determinam ainda as modalidades da reprodução.

A situação exposta acima pode ser complementada pela afirmação de Christian Baudelot. De acordo com o sociólogo francês, quando as mulheres saem do lar para entrar no espaço público das profissões, elas são predominantemente designadas para as funções de reprodução (escola, saúde), da conservação de empresas e escritórios (limpeza, hotelaria e funções de secretariado) e da relação (vendedoras, caixas e empregos terciários). Dessa forma “com a ajuda da crise do emprego, elas escaparam à servidão doméstica para, sob uma forma profissionalizada, reatar com a servidão pública e socializada dos serviços às pessoas (BAUDELOT, 2003, p.316). Baudelot também observa que o emprego assalariado feminino deu um grande salto, novas profissões foram criadas, o nível de escolaridade das mulheres aumentou e até ultrapassou o dos homens, mas esse deslocamento de fronteiras ocorreu no estrito respeito das desigualdades anteriores. As mulheres são as maiores vítimas do desemprego e recebem, mantidas todas as condições iguais, salários inferiores.

A dificuldade de romper com a “naturalização” das diferenças de gênero é justamente o que dificulta a transformação na divisão sexual do trabalho. O que se propõe aqui é deixar de lado argumentos biológicos para compreendermos que em virtude de formas de socialização distintas, os homens e as mulheres são portadores de valores diferentes desde a sua mais tenra infância. Trata-se de uma divisão de valores que não tem nada de natural, mas cuja partição foi sexuada através da história. Divisão esta que inicialmente colocava os homens responsáveis pelo trabalho remunerado e deixava para a mulher o trabalho da casa e que posteriormente, foi levada ao próprio mercado de trabalho com profissões divididas entre masculinas e femininas. Sobre esta questão Baudelot (2003, p.320) observa que:

Ideologicamente alçadas as qualidades naturais, essas duas ordens de valores foram exploradas produtivamente na divisão do trabalho entre os sexos, primeiro entre o trabalho e a casa, depois no próprio mercado de trabalho. O grande interesse dos trabalhos de ciências sociais realizados sobre essa questão consistiu precisamente em evidenciar o caráter arbitrário e socialmente construído dessa divisão e mostrar que, se esses valores são universais, sua divisão não tem nada de eterna.

Como dito pelo autor acima citado, a divisão sexual do trabalho não tem nada de eterna apesar de socialmente parecer possuir tal status. Como modificá-la então? Neste ponto devemos retornar a Bourdieu que além de ter demonstrado que o nó da dominação masculina está justamente na divisão sexual do trabalho, nos indicou o caminho para a transformação dessas relações sociais aparentemente solidificadas e imutáveis. Deve-se segundo o autor promover um ataque as instituições sociais que sustentam e reproduzem as relações de dominação: a Família, a Igreja, a Escola e o Estado. Somente a partir da superação dos valores androcêntricos disseminados por estas instituições as relações de dominação entre os gêneros podem deixar de existir.

Portanto, podemos dizer que a divisão sexual do trabalho serve para manter as relações de opressão e subordinação das mulheres na sociedade. Esta divisão se perpetua e se reproduz em diferentes sociedades através da naturalização de divisões que são construídas socialmente.

Dados do Campo: Vozes das Mulheres Mil

Nesta parte de nosso trabalho, gostaríamos de discutir algumas questões que as entrevistas realizadas nos indicaram, para demonstrar, mesmo que de forma preliminar, quais foram os avanços e retrocessos no que tange a cidadania feminina que o *Programa Mulheres Mil* trouxe para suas egressas. Foram realizadas entrevistas individuais com egressas de todos

os cursos do *Programa Mulheres Mil* do campus Campos-Guarus do Instituto Federal Fluminense (IFF) localizado no município de Campos dos Goytacazes no Estado do Rio de Janeiro.

Notamos através das entrevistas realizadas que o Programa contribuiu para que as mulheres se sentissem mais valorizadas dentro de casa. Algumas mulheres conseguiram continuar os estudos após o término do curso e creditam isto ao *Programa Mulheres Mil*. Isto fica claro nas palavras de uma egressa do curso de auxiliar de eletricista que cursa agora Técnico em Enfermagem:

A partir dele (do Programa), eles me deram um incentivo a voltar para sala de aula a não parar por aí, foi muito válido. Até então meu marido queria que eu ficasse só em casa cuidando de filho, casa, tudo, depois que eu fui para as mulheres mil depois que eu peguei o gostinho da escola acho que eu não saio daqui mais. Depois do curso mulheres mil que eu consegui ir para escola agora eu não paro porque se eu voltar a ficar só cuidando de casa e filho vai voltar tudo que era antes. Eu só me dedicava ali a família depois que eu saí para aprender novas coisas sei lá, mudou muita coisa. Acho que eles dão mais valor a gente. A família tá me dando mais valor (egressa de auxiliar de eletricista predial).

Seguindo a mesma linha do relato anterior, algumas mulheres falaram que a partir do Programa se sentiam pessoas mais independentes e autônomas. Notamos também que para algumas egressas a participação no Programa representou algo que poderíamos denominar como aumento da autoestima:

Valeu, porque aqui a gente aprendeu de tudo, como se posicionar no mercado de trabalho, o valor da mulher entendeu, como ela se sente neste mercado de trabalho que ela também tem potencial de chegar lá, então pra mim foi muito bom (egressa de artesão bordado à mão).

Significou a verdade né, a verdade de ser uma mulher, de poder andar com os meus próprios pés, sem depender de ninguém. Uma independência que eu não tinha, eu sempre estava ali dependendo de alguém para poder caminhar junto comigo, agora eu mesmo caminho com as minhas próprias pernas. (egressa de auxiliar de eletricista predial).

Valeu, no momento em que eu estava deprimida me ajudou. Melhorou minha autoestima, as professoras Almerinda como Roberta né muito assim pra cima dando muita força. Tinha algumas lá que contavam problemas uma pra outra isso também era muito bom a gente via que tinha casos piores, uma estava se separando, briga judicial aí eu ficava assim eu tô (sic) pensando que eu tô (sic) ruim mas tem gente que tá pior, pessoas com mais idade com experiência de vida com alegria de viver aí eu ficava olhando aí eu sentava perto dessas senhoras né de mais idade eu achei muito bacana isso aí. Me deu assim um clic pra vida eu me senti assim mais viva porque como eu disse tava num momento de depressão. (egressa de Auxiliar de Cozinha).

Ajudou bastante eu também achava que eu não era capaz e eu aprendi que hoje eu sou capaz sim. (egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

É importante ressaltar que muitas mulheres participantes do programa sofreram ou sofriam na época do curso violência doméstica. Procuramos compreender então se o Programa havia dado alguma contribuição para o combate a esta forma de violência. Pudemos observar que houve um processo de conscientização das egressas que obtiveram um aprendizado sobre os direitos da mulher e isso levou a uma maior propensão a denunciar o agressor.

Aline disse que em seu primeiro casamento sofreu muito com a violência do marido, mas que o aprendizado no curso fez com que tomasse consciência de que a denuncia é importante e que não aceitará ser violentada pelo atual marido:

Sim (o Programa) me ensinou muita coisa, como a gente teve palestra sobre a Lei Maria da Penha, me explicou muita coisa que eu não sabia entendeu. Então eu acho que agora, depois que eu aprendi aqui no IFF eu não passo mais o que eu passei não porque eu já falei com ele o dia que ele levantar a mão vai ser uma vez só, porque ou ele me mata ou eu mato ele, não aceito. (Aline, 34 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

Josimara, 41 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Predial, também tem um histórico de violência doméstica no seu relacionamento anterior:

Já cheguei a sofrer sim (violência) com vinte anos, mas aí gente não sabia essas coisas. Ele tentava botar fogo dentro de casa para me matar foi onde que eu fiquei um bom tempo sem ninguém aí agora eu fiquei com esse senhor já de idade.

Para a egressa, o curso foi importante para que as mulheres tomassem consciência dos seus direitos e fossem estimuladas a denunciar seus agressores:

Se for agredida a gente tem como se defender procurando nossos direitos na delegacia das mulheres. A delegacia das mulheres no caso que existe agora né, caso for espancada ou receber agressão física ou psicológica essas coisas assim. Porque se você fizer uma denuncia já estão matando imagina se não fizer. (Josimara, 41 anos, Auxiliar de Eletricista Instalador Predial).

Joana afirma também que o Programa contribui para que não ocorra mais com ela o que já ocorreu no passado, ser agredida e relutar em denunciar o agressor:

Contribuiu porque eu já em um relacionamento anterior eu já havia passado e até então como muitas né eu achava que ah não vou denunciar não. Na época meus filhos eram pequenos né como eu vou sobreviver com três crianças pequenas e aí ia deixando e ia passando né e ele batia, batia em mim. Nunca denunciei. Hoje seria bem diferente, denunciaria com certeza sem pensar duas vezes. (Joana, 39 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

Por outro lado, o *Programa Mulheres Mil* não conseguiu atingir um dos seus objetivos principais que era gerar empregabilidade para as egressas. Somente Priscila, 24 anos, egressa de Cuidador Infantil conseguiu trabalhar na área de sua qualificação profissional, mas recebia por isso a ínfima quantia de R\$ 100,00 mensais:

Eu cuido de um menininho de 3 anos ele estuda na mesma sala do meu filho então eu pego leve, cuido, vigio, entrego a vó no caso que fica com ele depois, porque a mãe trabalha.

Além de Priscila, nenhuma das mulheres entrevistadas obteve êxito em trabalhar na área de formação profissional, ou seja, o curso não contribuiu para que as mulheres obtivessem um emprego ou aumentassem sua renda.

Entendemos que um dos principais fatores para um baixo índice de inserção no mundo do trabalho foi a falta de encaminhamento para o mercado de trabalho local ou de um programa de estágio. De acordo com Gislana, egressa de Bordado à Mão que ganhava entre R\$ 100,00 e R\$ 160,00 por mês com venda de cosméticos tal encaminhamento não existiu:

Não, não houve nenhum. Eles levaram a gente para visitar uma fábrica de Bordados em Natividade⁹, duas fábricas na verdade e foi muito bom, nós aprendemos muita coisa conseguimos desenvolver outras técnicas tiramos fotos, foi um trabalho muito bem divulgado na outra aprendemos como pintar as toalhas, como não manchar, a tinta certa que a gente tem que usar, a linha correta a maneira de fazer, mas encaminhamento não houve nenhum.

A ausência de encaminhamento também frustrou as expectativas de Tereza, egressa de Auxiliar de Cozinha:

Não, não houve, eu até acharia que a gente iria ter esse encaminhamento, eu particularmente esperava isso também que encaminhassem a gente pra algum lugar.

Outra expectativa frustrada foi a possibilidade de um estágio em uma rede de Supermercados da cidade de Campos dos Goytacazes, mas que não se concretizou. Este estágio seria oferecido tanto para egressas de Auxiliar de Eletricista quanto para as de Auxiliar de Cozinha:

Ficaram de vim até para fazer estágio no Super Bom (supermercado) só que pegaram o nome nosso mais não foi a frente (Kíssila, 23 anos, egressa de Auxiliar de Instalador de Eletricista Predial Baixa Tensão).

⁹ Município localizado no noroeste do Estado do Rio de Janeiro.

Bem encaminhar, encaminhar não, mas ia ter um estágio no Super Bom só que não teve houve esse boato que iria ter mas não foi concluído (Josimara, 41 anos, Auxiliar de Eletricista Instalador Predial)

Não, falaram que a gente iria fazer estágio no Super Bom colocamos nosso nome telefone mas até hoje não tivemos retorno (Karine, 22 anos, Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

Uma questão crucial para este artigo que não podemos deixar de abordar refere-se a divisão sexual do trabalho. Uma das hipóteses de nosso trabalho diz que o governo brasileiro, através do *Programa Mulheres Mil*, reproduz e naturaliza a tradicional hierarquia de gênero presente na sociedade ao promover cursos voltados para a esfera doméstica como artesanato, auxiliar de cozinha, bordados a mão e cuidador infantil. Esta hipótese testada a partir das entrevistas nos parece que foi confirmada. O *Programa Mulheres Mil*, além de não ter a capacidade de modificar a divisão sexual do trabalho, reforça a divisão já existente em que as mulheres estão relegadas à esfera doméstica e ligadas à reprodução. Algumas entrevistadas do curso de auxiliar de cozinha narram que a partir da formação profissional sofreram uma maior cobrança de seus maridos e filhos para que variassem o cardápio da casa e utilizassem aquilo que aprenderam para cozinhar melhor em sua residência. É patente neste ponto o relato de uma egressa do curso de Cuidador Infantil que disse que utilizava seus conhecimentos aprendidos não para aumentar sua renda, mas para cuidar melhor da neta e de uma egressa de Artesão Bordado a Mão que aproveitava os conhecimentos adquiridos no curso para costurar para o marido:

eu tenho uma neta, e coisas que a gente aprendeu aqui as maneiras de lidar com a criança né, o momento certo, a maneira certa, sobretudo a professora ensinando que com a criança a gente deve ter a paciência dobrada e é uma coisa que eu não tinha, hoje eu acho que eu tenho né, eu fico olhando a minha filha ela tem uma paciência dobrada com a menina de três aninhos que ela tem, então eu pude tirar daí uma coisa que eu não sabia, pela idade que eu tenho . (egressa de cuidador infantil).

antes eu não sabia (risos) fazer uma bainha na calça do meu marido hoje em dia eu já consigo segurar em uma agulha e através do curso eu tive interesse em fazer costura. Mas o meu marido um dia virou para mim e falou, óh até que enfim eu vi você pegar uma agulha e fazer alguma coisa, porque ele não via fazer nada com agulha, ele que pegava e levava as bainha (sic) pra mãe fazer que era costureira antes dela falecer. Aí hoje em dia ele não tem a mãe e antes ele falava assim, é mamãe morreu agora vou ter que procurar uma costureira para fazer isso assim, se mamãe fosse viva ela fazia as vezes era uma bainha uma meia que furasse eu ia fazer mas eu não sabia fazer que cada um é cada um eu tinha vontade mas não conseguia. (Gislana, egressa de Cuidador Infantil).

Segundo Luzia, 46 anos, divorciada, a partir da formação profissional aprendeu a cozinhar melhor, mas também passou a sofrer uma pressão maior da família para fazer pratos mais elaborados, principalmente de seu filho. Em seu depoimento, ao ser questionada sobre como aproveita os conhecimentos absorvidos no curso, nos fala sobre a questão do aprendizado e do aumento da cobrança:

Ah aproveito, eu lembro, por exemplo, o arroz eu não sabia que o arroz já vem lavado aí esse toque pra mim me ajudou muito porque Carlos (filho) sempre brigava comigo, mãe você sempre faz o arroz meio colado eu gosto do arroz soltinho. Aí Roberta (professora) explicou que o arroz já vem lavado olha aqui. Aí pegou cinco kilos de arroz Sepé né e disse não precisa lavar gente, passou fez o refogado e o arroz ficou soltinho e sai soltinho mesmo e eu errava muito o arroz e outras coisas mais que ela ensinou as receitinhas né de como cozinhar o feijão para não ficar duro entendeu aí explicou então esse toques assim. Então ajudou sim nessa parte já que eu que cozinho lá em casa né é eu que cozinho, com a menina fico brigando, o dia que foi ligar o fogo, o fogo veio (risos) aí pronto aí que ela ficou mais apavorada ainda. Eu falei Ana Paula (filha) você já vai fazer 15 anos tem que ir fazendo as coisas né começar devagar fazendo um arrozinho, fazendo miojo, mas tem medo e ele (filho) também tem o maior medo de ligar gás. Até Carlos brinca mamãe você tem que fazer coisas de alimentação melhor porque você fez curso.

Por outro lado, quando analisamos os cursos que consideramos ligados à esfera da produção ou que não são tradicionalmente femininos, os conhecimentos aprendidos são utilizados na realização de tarefas que promovem certa independência e autonomia das mulheres em relação aos homens, mesmo que, da mesma forma que nos outros cursos, a qualificação profissional não tenha levado a uma inserção no mercado de trabalho. Exemplar neste sentido foi a importância da qualificação proporcionada pelo *Programa Mulheres Mil* para Joana, 39 anos, três filhos, moradora do distrito de Travessão de Campos. A egressa do curso de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão conseguiu colocar seu trailer que estava há dois anos desativado para funcionar e deste trabalho retira toda a sua renda. Como estava desempregada, Joana decidiu abrir seu próprio negócio, e o mais interessante é que a instalação elétrica do trailer foi realizada por ela a partir de conhecimentos aprendidos no curso:

como eu estava presa no meu trailer justamente por causa da parte elétrica eu falei é uma grande oportunidade é uma mão lavando a outra né eu não conseguia ninguém que fizesse para mim que as pessoas marcavam e não iam e eu com o trailer parado há mais de dois anos eu falei eu vou mergulhar nessa. Eu precisava trabalhar e o curso ia me ajudar bastante porque eu não conseguia ninguém que fizesse para mim as pessoas marcavam não iam aí falavam assim tem fulano mas fulano mexe mas não sabe muito bem não eu falava assim

mexer e não saber bem para mim não adianta porque eu vou botar a fritadeira, vou botar a geladeira vou botar o micro-ondas para depois pegar fogo em tudo eu perco tudo e o dinheiro jogado fora.

Joana observa que além de ter feito a instalação elétrica do trailer, a manutenção é feita por ela e por outra egressa do Programa sua amiga Kíssila e disse que não há necessidade de recorrer a um homem para resolver estas questões:

esses dias mesmo (risos) eu cortei um fio lá aí apagou tudo só que por eu não conseguir cortar o fio com esse alicate comum nem mesmo no curso eu conseguia só com alicate de corte eu tive que correr, Kíssila! Kíssila! me ajuda corre aqui que eu apaguei tudo e aí as coisas na geladeira vão estragar, aí ela correu lá nós fizemos porque ela consegue manusear bem esse alicate eu não consigo de jeito nenhum aí ela correu lá me deu uma mão me socorreu e a gente conseguiu botar a energia de novo então assim se não fosse o curso de repente eu não saberia nem o que fazer.

Segundo a egressa também houve uma mudança na sua relação com os filhos após a qualificação profissional. Joana nos relata a importância que teve para sua filha de 19 anos o fato de ter sido ela quem realizou toda a instalação elétrica do trailer. Quando os clientes fazem elogios ao trailer, sua filha faz questão de ressaltar que foi a mãe quem fez:

a minha filha de 19 anos fala foi a minha mãe que fez entendeu, ela mesma. Quando alguém chega e fala Janaína tá legal aí pô aí ela fala, ela fez o curso e foi ela que fez (a parte elétrica do trailer) então acho que ajudou bastante contribuiu bastante. Porque o pessoal sabia que eu vinha procurando e que estava justamente fechado por causa da parte elétrica aí o pessoal fala pô Janaína conseguiu aí ela fala foi minha mãe que fez, ela logo fala.

Heloisa, 44 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial, diz que não precisa mais recorrer ao marido para realizar determinadas tarefas em casa que antes eram exclusividade dele. Sobre o aproveitamento dos conhecimentos adquiridos no curso na sua vida cotidiana expõe o seguinte:

tipo assim trocar uma resistência do chuveiro, trocar tomada porque agora essas novas tão tudo sendo substituída e eu faço isso. A gente perde aquele medo que a gente tinha de eletricidade a gente acaba perdendo.

É interessante observar que mesmo não realizando um trabalho remunerado, Heloisa utiliza seu aprendizado para fazer instalação elétrica na casa de pessoas próximas a ela, como fez na residência de sua cunhada:

até minha cunhada me chamou para fazer manutenção na casa dela trocar as tomadas todas (risos). É, ela foi trocar as tomadas todinha da casa dela e me chamou para trocar, porque lá na casa dela o pedreiro faz tudo né a parte elétrica, hidráulica, só que ele começou enrolando ela, enrolando ela que acabou me chamando.

A partir das entrevistas, notamos também que o fato de o curso de Auxiliar de Eletricista não qualificar para uma profissão historicamente feminina fez com que as egressas fossem muitas vezes tratadas com deboche e ironia quando iam realizar alguma tarefa relacionada ao aprendizado o que não aconteceu com as mulheres capacitadas em Auxiliar de Cozinha, Cuidador Infantil e Artesão Bordado a Mão. Se estas últimas faziam justamente o que a sociedade delas esperava, cuidar dos filhos, costurar para o marido ou cozinhar para a família, as primeiras exerciam uma atividade que transgride os papéis tradicionalmente impostos ao feminino e a reação a esta transgressão é desqualificando a capacidade da mulher para realizar tal função. O depoimento de Aline, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial é elucidativo neste sentido. Afirmou que o fato de ser mulher gerou uma crença de que iria provocar um incêndio ao tentar fazer um reparo na fiação da casa:

óh as vezes queima uma lâmpada eu mexo, na tomada quem tá mexendo sou eu, eu tenho marido só que não fica em casa só chega a noite, então quem mexe sou eu mesma. Meu chuveiro também já consertei sozinha. Deu um problema na luz lá essa semana, quem foi lá mexer no fio? Fui eu. Ficou todo mundo pensando que eu ia botar fogo (risos), vou botar fogo nada eu vou conseguir, e eu consegui. Todo mundo ficou olhando, isso vai pegar fogo hein, e consegui minha luz voltou. Depois que pegou fogo no fio fui lá mexendo, consegui botar luz de novo tá lá (risos).

Gostaríamos de enfatizar que nem mesmo os cursos na área de Eletricista conseguiram promover alguma transformação na divisão sexual do trabalho. Mesmo que algumas mulheres tenham conseguido um avanço em termos de autonomia ao exercerem atividades que antes tinham que recorrer a um homem e que passassem a se sentir capazes de realizar trabalhos antes considerados masculinos, as responsabilidades pelas tarefas domésticas pouco se modificaram. Em alguns casos, as mulheres ficaram ainda mais sobrecarregadas, pois tinham que associar novas funções, estudo e os cuidados com o lar, marido e filhos. Quando questionadas sobre de quem era a responsabilidade pelas tarefas domésticas como fazer a comida, realizar a faxina, lavar louças, roupas e cuidar dos filhos as egressas foram unânimes em responder que continuava sendo delas.

Portanto, é importante ressaltar que como o Programa não consegue modificar a divisão sexual do trabalho, as responsabilidades domésticas continuam nas mãos das mulheres que somada à saída para realizar o curso gera uma sobrecarga de trabalho. Como os homens não se ocupam da esfera da reprodução, as mulheres participantes do Programa Mulheres Mil aumentam sua jornada diária de trabalho.

Considerações finais

Mesmo não cumprindo seu principal objetivo que era promover a empregabilidade feminina e inserir suas egressas no mercado de trabalho local, o *Programa Mulheres Mil* foi importante para empoderar mulheres que não tinham condições de sequer reconhecer os direitos que possuíam. Entendemos que o retorno à uma instituição de ensino fez com que as relações domésticas se transformassem mesmo que de forma tímida. Foi comum em nossas entrevistas percebermos que a saída da mulher de casa para se qualificar causava um incômodo em maridos acostumados a vê-las somente dentro da esfera do lar realizando as atividades tradicionalmente femininas. Deve-se destacar, além disso, o exemplo que muitas mulheres deram para seus filhos, pois mesmo com muita dificuldade demonstravam que era possível obter um certificado de qualificação profissional quando as condições econômicas e sociais não eram as mais favoráveis.

Deve-se mencionar também que o Programa trouxe outra mudança importante para a vida de suas egressas, qual seja, a forma como viam a si mesmas. As entrevistas demonstraram fartamente que a posse de um diploma trouxe um reconhecimento de autonomia e independência que anteriormente não existia. Dessa forma, mulheres que viviam numa relação de dependência dos seus cônjuges entenderam que poderiam caminhar por si mesmas, fato que aqui classificamos como um aumento da autoestima.

Por outro lado, se pensarmos a cidadania feminina não somente a partir do sentido clássico do termo com sua divisão em direitos civis, políticos e sociais, mas como o “direito de ter direitos, ou seja, como igualdade e como eliminação de formas hierárquicas relacionadas ao natural” (PINSKY; PINSKY, 2008, p.294), podemos dizer que o *Programa Mulheres Mil* não promove a cidadania plena para as mulheres. Ao ministrar cursos em sua maioria voltados para a esfera doméstica e ao não modificar a divisão sexual do trabalho, o Programa reforça os papéis tradicionais de gênero e as hierarquias consideradas naturais que, ao analisarmos sob a teoria de Bourdieu, consiste em uma forma de o Estado reproduzir a desigualdade de gênero na sociedade brasileira. Promover cursos como Auxiliar de Cozinha, Cuidador Infantil e Artesão Bordado a Mão demonstra para a sociedade e principalmente para a família que estas são atribuições “naturalmente” femininas, o que contribui para perpetuação das relações de dominação entre os gêneros. A qualificação profissional neste sentido, além de não resolver a questão, agrava o problema, pois a egressa recebe um certificado que institucionaliza a desigual

divisão sexual do trabalho, um diploma que as qualifica como a “rainha do lar” e que ali devem permanecer realizando suas funções.

Entendemos que os cursos na área de eletricista por não serem atividades tradicionalmente femininas possuem um potencial transformador. As resistências encontradas pelas egressas deste curso dentro do próprio lar nos demonstra que oferecer um curso que não qualifica as mulheres para o trabalho no âmbito doméstico pode sinalizar para uma modificação nos papéis de gênero e alterar, mesmo que de forma tímida, as relações de poder na esfera privada. Enquanto as egressas dos cursos da esfera da reprodução somente desempenhavam seu papel ao cozinhar, bordar e cuidar dos filhos, as egressas dos cursos de eletricista eram tratadas com ironia por realizarem tarefas consideradas masculinas o que é um indicio de que algo que era solidificado dentro do lar – as funções naturais da mulher- foi retirado do seu devido lugar e, dessa forma, gerou uma reação negativa por parte dos homens.

Portanto, gostaríamos de concluir dizendo que mesmo com o avanço do movimento feminista no Brasil a partir da década de 70 do século passado e a conquista do espaço público pelas mulheres nos séculos posteriores, quando tratamos de cidadania feminina devemos ampliar o conceito. Entendemos que, e esta pretende ser nossa principal contribuição neste artigo, que as mulheres só serão cidadãs plenas quando a desigual divisão sexual do trabalho desmoronar. Por mais que se avance em direitos civis, sociais e políticos o nó de uma cidadania de segunda categoria só será desfeito quando homens e mulheres conseguirem partilhar de forma equânime a responsabilidade pelas tarefas domésticas e, dessa forma, as mulheres poderão ocupar em condições de igualdade a esfera pública como verdadeiras cidadãs.

Referências

BADINTER, Elisabeth. *Um é o Outro: relações entre homens e mulheres*. Tradução de Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BAUDELLOT, Christian. Conclusão Nada Está Decidido. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Tradução de Clevi Rapkiewicz. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

BAUDELLOT, Christian. Conclusão: nada está decidido. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.). *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Tradução de Clevi Rapkiewicz. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

BERQUÓ, Elza. Perfil Demográfico das Chefias Femininas no Brasil. In: BRUSCHINI, Cristina; Unbehaum, Sandra (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRUSCHINI, Cristina. O Uso de Abordagens Quantitativas em Pesquisas sobre Relações de Gênero. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

BRUSCHINI, Cristina; RICOLDI, Arlene Marinez; MERCADO, Cristiano Miglioranza. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al (Org.). *Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

COMBES, Danièle; HAICAULT, Monique. Produção e Reprodução: Relações Sociais de Sexos e de Classes. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et al. *O Sexo do Trabalho*. Tradução de Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Tradução de Clevis Rapkiewicz. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

LAUFER, Jacqueline. Entre a esfera pública e a esfera privada: os desafios dos direitos das mulheres. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Tradução de Clevis Rapkiewicz. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e Especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da Cidadania*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SCHIEBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a ciência?* Tradução de Raul Fiker. Bauru,SP: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a Gender Politics History. *Cadernos Pagu*,n.3, 1994.

SORJ, Bila. Trabalho Remunerado e Trabalho Não-Remunerado. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. *A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

Texto recebido em: 27/11/2016.

Texto aprovado em 10/05/2017.